Rodrigo Alexandre de Lemos

Tecnólogo em Gestão Pública

**PROBLEMAS EM COMUM – MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA – INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:**

**Município Tramandaí, RS**

**Formação e Desenvolvimento Brasileiro**

**Resenha Técnica**

**1 – Introdução**

No decorrer dos estudos acadêmicos na área de Gestão Pública pude perceber o quanto é importante o conhecimento, ou melhor a busca do conhecimento principalmente nos meios sociais e de desenvolvimento, em caráter local ou regional.

Esta compreensão de mundo, este aperfeiçoamento nas práticas públicas se devem ao vasto e dinâmico material na qual podemos pesquisar e que nos é fornecido. A própria história colabora, mostrando ao pesquisador um vasto caminho a seguir, confunde-se a história com a natureza – enquanto uma é fonte inesgotável de saber, por tratar da evolução da sociedade, a outra, é fonte inesgotável[[1]](#footnote-1) de matéria-prima, “COISA” indispensável a sobrevivência desta sociedade.

Para este trabalho, tomei a liberdade de transformar o questionário exigido em artigo, atitude ousada por que tratarei dos três assuntos principais - PROBLEMAS EM COMUM – MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA – INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA – de forma composta e unificada. Neste desafio não seguirei a ordem comum, talvez seja mais compreensivo inverter os períodos para chegar ao PROBLEMA EM COMUM.

**2 – Desenvolvimento**

O desenvolvimento brasileiro se caracteriza pela constante presença da exclusão social. Desde a tardia passagem do trabalho compulsório ao trabalho livre (1888) ocorreram inegáveis e recorrentes constrangimentos à plena inclusão de vários segmentos da sociedade (negro, mulher, jovem, imigrante, entre outros).

Em outras palavras, cabe destacar que a constituição da sociedade salarial que resultou do processo de industrialização nas economias capitalistas centrais não registrou características similares em países periféricos como no Brasil que terminou levando mais avante o seu projeto de industrialização nacional. Em primeiro lugar porque a fase de industrialização foi tardia, efetivada somente no século 20, quando a presença de grandes empresas oligopolistas transnacionais no manejo de tecnologias sofisticadas exigiu importante atuação do Estado.

Com a Revolução de Trinta, quando o país desencadeou o seu projeto de industrialização nacional, entre as décadas de 1930 e 1970, a exclusão social continuou a se manifestar incisivamente. Apesar das altas taxas de crescimento da renda nacional, a exclusão atingiu uma parte da população que imigrou do campo para a cidade, do interior do país para os grandes centros e das regiões não desenvolvidas para os principais polos de industrialização.

Em segundo lugar, porque a escassa presença de regime político democrático durante a fase de industrialização nacional constrangeu a realização de reformas civilizadoras do capitalismo industrial. Neste sentido, o Brasil deixou de realizar reformas, reformas estas levadas adiante nas economias desenvolvidas.

Por não ter realizado um conjunto de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (fundiária, tributária e social), permaneceu intocável o problema da exclusão mais tradicional do capitalismo brasileiro. A ausência da reforma agrária fez com que uma massa de trabalhadores fosse expulsa do campo, colaborando também para o inchamento do mercado de trabalho urbano, com a frágil inclusão pelo trabalho precário, alta informalidade e sub-remuneração.

Em função disso, o avanço contido do Estado de bem-estar social (Welfare state) estado de providência, no Brasil definiu que os excluídos do mercado de trabalho e suas famílias permanecessem durante o período de experiência de forte expansão econômica sem acesso pleno às condições básicas de vida (moradia decente, saúde, transporte, previdência e educação pública, entre outras). Em síntese, ficaram excluídos, em grande medida, os segmentos sociais portadores de baixa escolaridade e qualificação profissional, e o pior, com grande número de filhos.

Somente com a nova Constituição Federal do país, em 1988, frente à emergência da fase de redemocratização política, que a nação constituiu um importante salto na proteção social em direção a universalidade dos direitos de cidadania. Apesar disso, as condições materiais necessárias à sustentação dos avanços sociais definidos pela nova Constituição foram restringidas com a sucessão do ciclo econômico por mais de 1/4 de século de semi-estagnação.

Desde 1981, quando a economia nacional passou a registrar importante sinal de instabilidade monetária perseguida da semi-estagnação da renda *per capita* e da baixa expansão ocupacional que a situação social tornou-se ainda mais complexa. Para agravar, deve-se considerar ainda a adoção de políticas liberalizantes na década de 1990, com fortes impactos sobre o padrão de proteção social, ao mesmo tempo em que as condições gerais de produção e reprodução da exclusão social tornam-se ainda mais complexas.

De um lado, observa-se o aparecimento dos sinais que apontam para a interrupção do sentido da construção do padrão de universalização do Estado de bem estar social, com avanço de medidas de maior focalização no gasto público. De outro, assiste-se ao movimento de perda de participação relativa dos salários no total da renda nacional, com decréscimos absurdos.

A inflexão no padrão de proteção salarial e no regime de trabalho no Brasil decorreu, em grande medida, do movimento maior de baixo crescimento da economia nacional e de expansão do ciclo de financeirização da riqueza. Assim, o processo de exclusão se tornou mais complexo, exigindo maior consideração a respeito das principais transformações mais recentes do padrão de proteção social e do regime de trabalho no país.

Este processo de deteriorização do capital faz com que os impactos sejam refletidos nos municípios, tendo em vista que os maiores prejudicados (família) residem no município, mas estas dependem de políticas públicas nacionais. Assim, o município que é o ente público mais próximo do cidadão prejudicado, se obriga muitas vezes com recursos parcos a criar projetos que garantam o mínimo de dignidade do cidadão e sua família.

**Conclusão**

As parcerias na gestão e implementação de programas sociais têm sido apontadas como estratégias inovadoras que permitiriam superar a fragmentação das ações nessa área, possibilitando enfrentar com mais sucesso o desafio de romper com o ciclo estrutural da pobreza e da desigualdade na repartição da renda, também com a lógica assistencialista das políticas sociais, que vêem os excluídos como “resíduos” ou “pobreza assistida”.

Em uma perspectiva mais otimista, destaca-se o papel que o município pode desempenhar na solução dos problemas da população. (NETTO, 1995) Segundo este autor, a entrega de maiores atribuições ao município para atuar na área social é tanto mais necessária e importante se tomarmos em conta a proximidade deste nível de governo com a população.

Não há um modelo pronto a ser adotado pelos governos municipais para que estes sejam bem sucedidos na gestão social. Além disto, existem fortes restrições sistêmicas (modelo econômico, limitações orçamentárias, por exemplo) que geram incertezas para o alcance das intervenções sociais em execução.

Por atuar em escala menor, o governo local poderia ser menos burocratizado, com estruturas organizacionais menos dispendiosas, mais ágeis, flexíveis e sensíveis aos problemas dos cidadãos. Destaca-se ainda que as políticas municipais tendem a ser mais facilmente sujeitas à transparência e controle social. Além disto, podemos considerar que os governos locais teriam mais facilidade para mobilizar recursos comunitários que se somariam aos recursos públicos para a prestação dos serviços essenciais.

**BIBLIOGRAFIA**

**ALLEBRANDT**, Sérgio Luis / **GRIEBLER**, Marcos Paulo Dhein / **SIEDENBERG**, Dieter Rugard / **HOFFLER**, Cláudio Edilberto. **Planejamento estratégico local** – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. – 146 p. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

**ESTADES**, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba: UFPR, 88, 2003. p. 25-41.

**FERRARI**, C. **Curse de planejamento integrado municipal.** São Paulo: Pioneira, 1984. p. 41-49; 93-97.

**KUHN**, Ivo Ney. **Elaboração e acompanhamento de projetos públicos e sociais** / Ivo Ney Kuhn, Remi Antonio Dama. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. – 96 p. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

**LEMOS**, Rodrigo Alexandre - **Resenha (Início e riscos de projetos)**– Elaboração e Acompanhamento de Projetos Sociais – Atividade UNIJUI – out. 2009.

**LEMOS**, Rodrigo Alexandre - **Resenha (Conceito de projetos – projetos privados e projetos públicos ou sociais)** – Elaboração e Acompanhamento de Projetos Sociais – Atividade UNIJUI – nov. 2009.

**LEMOS**, Rodrigo Alexandre – **Projeto de Trabalho (Projeto Recuperando a Geração do Futuro)**– Elaboração e Acompanhamento de Projetos Sociais – Atividade UNIJUI – dez. 2009.

**NETTO**, Lino Ferreira. A atuação do município no combate à pobreza: possibilidades e limitações in VALLADARES, Lúcia e COELHO, Magda (orgs.) Governabilidade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

**Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar – <http://www.urutagua.uem.br/015/15jordao.pdf> Nº 15 – abr./mai./jun./jul. 2008 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil – ISSN 1519-6178

**SOARES**, Leda.S.; **PUPER**, S. **Tramandaí: terra e gente.** Tramandaí: AGE, 1985. 127p.

**STROHAECKER**, T. M. A **urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: subsídios para o gerenciamento costeiro integrado.** Qualificação de Doutorado. UFRGS, 2005. 63 f.

**TRENNEPOHL**, Vera Lúcia – **Formação e Desenvolvimento Brasileiro** – Ijuí. Ed. Unijuí, 2011. - 142 p. (Coleção educação a distância. Série Livro texto).

1. A natureza vem sendo tratada ao longo dos séculos como fonte inesgotável de recursos – este discurso pode estar com seus dias contados se não houver uma nova mentalidade no trato com terra. [↑](#footnote-ref-1)